GlobalResearch
Center for Research on Globalization

A quem interessa a guerra na Europa?

By Manuel Raposo
Global Research, March 02, 2022
Mudar Devida 18 May 2024

Region: Europe, Russia and FSU
Theme: Intelligence, Oil and Energy
In-depth Report: UKRAINE REPORT

All Global Research articles can be read in 51 languages by activating the “Translate Website” drop down menu on the top banner of our home page (Desktop version).

To receive Global Research’s Daily Newsletter (selected articles), click here.

Visit and follow us on Instagram at @globalresearch_crg and Twitter at @crglobalization.

Today, the dangers of military escalation are beyond description.

What is now happening in Ukraine has serious geopolitical implications. It could lead us into a World War III scenario.

It is important that a peace process be initiated with a view to preventing escalation.

Global Research condemns Russia’s invasion of Ukraine.

A Bilateral Peace Agreement is required.

Neste momento, os acontecimentos na Ucrânia estão envoltos pela nuvem de fumo que caracteriza a propaganda de guerra. As posições oficiais destinam-se não a esclarecer os factos e o andamento das negociações, mas a anular os argumentos adversários e a cativar a opinião pública para um dos lados da contenda. É preciso ir às origens do conflito, agora extremado, para se perceber o papel de cada um dos contendores, o que cada um deles pretende e até onde pode ir.

Antecedentes

Nos anos mais recentes, tudo começou com dois propósitos partilhados pela UE e pelos EUA. Um é a expansão económica da UE (capitaneada pelas suas maiores potências, designadamente a Alemanha) para leste. A chamada Parceria Oriental visava atrair para a órbita europeia países tão distintos como a Geórgia, a Arménia, o Azerbaijão, a Moldávia, a Bielorrússia ou a Ucrânia todos nas fronteiras sul e ocidental da Rússia.

Outro propósito é a expansão militar do bloco ocidental, de que a NATO é o instrumento, no sentido de completar o cerco às fronteiras da Rússia. E é sobretudo aqui que o interesse dos EUA como potência hegemónica, no caso em apreço, leva ao casamento com as ambições económicas da UE.

Um revés

No que toca à Ucrânia, a Parceria Oriental sofreu um revés com a proposta pela Rússia de vantagens económicas ao então governo de Kiev que neutralizou os avanços europeus. A resposta da UE e dos EUA foi o golpe de estado de 2014, apoiado em milícias fascistas ucranianas, que colocou no poder um presidente "colaborante", a que se seguiu uma perseguição sangrenta da população de origem russa. Em resposta, a região de Donbass, na fronteira com a Rússia e de população russa, não aceitou a autoridade do novo regime reaccionário de Kiev e constitui-se em duas, assim designadas, repúblicas populares (Lugansk e Donetsk), com o apoio de Moscovo.

Acordos por cumprir

O fim das hostilidades militares foi estabelecido pelos acordos de Minsk, supervisionados pela OSCE, em que a Ucrânia se comprometia a aprovar um regime de autonomia para aquelas repúblicas, dentro do estado ucraniano. Ora, nem o regime ucraniano, nem a OSCE, nem, ainda menos, a UE e os EUA aceitaram cumprir o acordo. Pelo contrário, a Ucrânia tem vindo a ser armada e instruída para resolver pela força a resistência das duas repúblicas, acoimadas de "separatistas".

As reclamações da Rússia

E é aqui que se pode encontrar uma das origens próximas da escalada a que se assiste. A Rússia percebeu que o esmagamento das repúblicas do Donbass seria o prenúncio da integração da Ucrânia na NATO e da colocação de tropas e armamento em mais uma das suas fronteiras, com a agravante de lhe condicionar o acesso ao Mar Negro. Por isso as exigências da Rússia se centram numa negociação com os EUA (e, por inerência, a NATO) de um acordo de segurança que trave a expansão para leste das potências ocidentais e estabeleça termos de coexistência duradouros.

A quem interessa o clima de guerra

Os esforços do presidente francês e do chanceler alemão no sentido de se obter um acordo político que ponha água na fervura, por muito incipientes que sejam, não agradam nada aos EUA que receiam ver a UE adoptar uma posição de meio termo entre russos e norte-americanos. A campanha de Biden tem procurado, por isso, anular todas as vias de negociação que não sejam as que ele próprio promove. Inclusive, os EUA contrariam as afirmações dos próprios dirigentes ucranianos que apelam ao apaziguamento e criticam o dramatismo posto na propaganda ocidental. Por várias vezes, a "invasão" da Ucrânia foi dada como "iminente" (com data marcada e tudo…), coisa que só se compreende em quem quer à força acirrar um clima de guerra. A última declaração do patético Biden, dia 18, é disso mais um exemplo.

Estratégia e negócio

Este clima de guerra "iminente" interessa em exclusivo aos EUA. Em dois sentidos. Um, que se pode chamar de natureza estratégia e que consiste em manter a Rússia debaixo de pressão política e militar, ao mesmo tempo que subordina mais ainda a UE aos desígnios políticos norte-americanos. O fantasma antigo de que "Vêm aí os russos!", não só atira o odioso da situação para cima da Rússia, como coloca naturalmente as populações europeias na defensiva e receptivas à "ajuda protectora" dos EUA e da NATO.

Um segundo sentido é de pura guerra económica. Os EUA querem a todo o transe vender o seu gás de xisto, que se acumula sem clientela à medida da produção, e para isso nada melhor do que estragar o negócio do gás natural russo que abastece, desde há décadas, meia Europa. Isto seria de dupla vantagem para os EUA: fazer bom dinheiro (ainda por cima o gás norte-americano é muito mais caro que o russo) e manter a Europa numa maior dependência económica face ao "aliado" transatlântico.

"Libertar" a Europa

Políticos e comentadores repetem a cada passo o argumento de "libertar" a Alemanha e a Europa da dependência energética face à Rússia. Mas todos eles acham *natural* a dependência face aos EUA. Não vêem sequer que, dependência por dependência, a Alemanha e a UE têm muito mais capacidade para lidar em pé de igualdade com a Rússia, cuja força económica é ainda débil, do que para competir com o poderio económico-político-militar dos EUA. E é esta perspectiva de alforria — mesmo remota, considerando a ligação umbilical do imperialismo europeu ao imperialismo ianque — que põe em alerta o poder norte-americano e o leva a boicotar qualquer iniciativa que vá nesse sentido.

À semelhança do Iraque

As declarações recentes das autoridades norte-americanas lembram o tom que precedeu a invasão do Iraque: fim da diplomacia, "provas inquestionáveis" dos serviços secretos, anulação das tentativas negociais feitas por países terceiros — tudo no sentido de demonstrar que só resta a força militar.

Tudo leva a crer, portanto, que o plano dos EUA — com o acólito de sempre, chame-se ele Blair ou Boris — será levar tão longe quanto possível o conflito com a Rússia, provocando-a até ao ponto de a forçar a uma intervenção militar. Seria a situação ideal para mostrar ao mundo quão "diabólico" é Putin e para anular as veleidades europeias de se conduzir por uma política própria e procurar entendimentos com a Rússia.

Condições diferentes

As condições contudo são diferentes das de 2003. O teatro do conflito é a Europa e não o Iraque, o adversário é a Rússia e não um exército debilitado, os danos colaterais afectariam não o Médio Oriente mas os próprios aliados dos EUA.

Por outro lado, as declarações de Merkel, quando Trump mostrou a face, de que os EUA não eram de confiança e de que Europa teria de tratar de si própria não descansaram o poder norte-americano, porque valem para além do mandato de Trump. O mesmo com a afirmação do actual chanceler Scholz, depois de conferenciar com Putin, de que a segurança europeia não pode ser conseguida contra a Rússia — coisa que choca com os planos dos EUA e da NATO. Trata-se de meras declarações, é certo, mas elas mostram que a conflitualidade própria das potências imperialistas tende a vir ao de cima sempre que se abre uma crise de grande dimensão, como é o caso.

Guerra por procuração, mais uma

Para os EUA, a solução será então subcontratar a provocação: empurrar o exército ucraniano (onde as milícias fascistas têm forte presença) contra as repúblicas do Donbass, submetendo as populações russas a violências como as que foram cometidas em 2014. É o que está a acontecer com o municiamento das forças ucranianas e com o incentivo para

que ataquem as posições adversárias em Lugansk e Donetsk.

Enquanto lançam alertas constantes acerca das provocações que os russos estariam a preparar para justificar uma invasão, os serviços secretos dos EUA não estão certamente parados — e é legítimo pensar, com a prática que se lhes conhece, que estejam eles mesmos a montar as provocações que sirvam os seus propósitos.

Que esperam os EUA ganhar?

Nem os ucranianos nem os europeus estão interessados numa guerra em casa ou à porta de casa, que contribuiria para afundar o Continente numa crise de dimensões incalculáveis. Apenas os EUA podem ver vantagem em tal situação. Que esperam eles ganhar com isso?

- Juntar pretextos para agravar as sanções económicas contra a Rússia, convocando toda a Europa a participar na campanha, como faz com Cuba, Venezuela ou Irão.
- Condicionar os movimentos políticos e os negócios da Rússia na Europa e, por essa via, bloquear a influência do bloco Rússia-China no Ocidente, nomeadamente a expansão da Nova Rota da Seda.
- Resignar os europeus a aceitarem o reforço da NATO, pagando eles para isso, e a porem de lado as ambições de "independência estratégica" — ideia que colide com a dependência face aos EUA — de que timidamente têm falado alemães e franceses.
- Cavar ainda mais fundo a trincheira que separa a troika imperialista da aliança China-Rússia, na perspectiva de que o futuro há-de trazer mais conflitos e de maior gravidade.

Contra a NATO

A solicitude do presidente da República e do governo português em seguir as determinações dos EUA e da NATO, sem laivo de distanciamento; o pronto envio de militares para zonas de conflito; a campanha mediática a alimentar o clima de guerra e a diabolizar os russos — repetem a prática que tem pautado o comportamento das autoridades portuguesas desde sempre.

Mas merece particular lembrança o desgraçado exemplo da cimeira das Lajes, que antecedeu o ataque ao Iraque em 2003, responsável pela destruição do país, por centenas de milhares de mortos e por milhões de refugiados. Mais recentemente, a retirada do Afeganistão trouxe à luz do dia o descalabro causado por vinte anos de ocupação em que tropas portuguesas estiveram também envolvidas.

De pouco servem as lamúrias sobre o que deveria ter sido feito e não foi — a questão está no envolvimento, como serviçais, nas aventuras guerreiras dos EUA. É por aí que tem de se começar: tem todo o sentido e toda a actualidade renovar uma campanha de opinião pública pela retirada de Portugal da NATO e pela dissolução da Aliança que não deixe as autoridades portuguesas de mãos livres.

Novos confrontos no horizonte

Entrámos numa época em que se contam espingardas. A euforia da globalização, do livre comércio e do mais festivo liberalismo deu o que tinha a dar. O recuo das grandes potências

para os seus redutos nacionais, o proteccionismo com que resguardam as suas economias e a frenética busca de alianças que levam a cabo são sinais de que chegou ao fim quer a expansão económica das últimas décadas, quer a coexistência, aparentemente pacífica, que a acompanhou.

Agora é altura de as potências reunirem forças e formarem blocos. São os preparativos para um confronto de escala global que decida quem vai ter a supremacia no mercado mundial.

É neste confronto concreto que a esquerda tem de desempenhar o seu papel próprio — começando pela denúncia dos propósitos hegemonistas e guerreiros do imperialismo, atacando os governos e os meios de informação que os sustentam, e esforçando-se por criar um movimento de opinião que lance as bases de uma corrente política independente, de base popular. Se o conseguir, dará um importante contributo para que os movimentos de protesto disseminados pelo mundo passem da dispersão e do defensismo em que se encontram para uma progressiva convergência de esforços e uma postura ofensiva.

*

Note to readers: Please click the share buttons above or below. Follow us on Instagram, @globalresearch_crg. Forward this article to your email lists. Crosspost on your blog site, internet forums, etc.

Featured image is from Mudar Devida

The original source of this article is Mudar Devida
Copyright © Manuel Raposo, Mudar Devida, 2022

Comment on Global Research Articles on our Facebook page

Become a Member of Global Research

Articles by: Manuel Raposo

Disclaimer: The contents of this article are of sole responsibility of the author(s). The Centre for Research on Globalization will not be responsible for any inaccurate or incorrect statement in this article. The Centre of Research on Globalization grants permission to cross-post Global Research articles on community internet sites as long the source and copyright are acknowledged together with a hyperlink to the original Global Research article. For publication of Global Research articles in print or other forms including commercial internet sites, contact: publications@globalresearch.ca

www.globalresearch.ca contains copyrighted material the use of which has not always been specifically authorized by the copyright owner. We are making such material available to our readers under the provisions of "fair use" in an effort to advance a better understanding of political, economic and social issues. The material on this site is distributed without profit to those who have expressed a prior interest in receiving it for research and educational purposes. If you wish to use copyrighted material for purposes other than "fair use" you must request permission from the copyright owner.

For media inquiries: publications@globalresearch.ca